

Relator indica alternativa

Foi com um documento de 45 linhas, recheado de previsões pessimistas — como as de que o País está sob ameaça de “doenças coletivas, invasões e choques entre os poderes e as pessoas”, que o deputado João Alves (PFL/BA), relator do projeto de revisão orçamentária no Congresso, apontou ao governo a saída da edição da medida provisória para uma suplementação orçamentária que resolva o impasse criado desde que os líderes dos partidos de oposição se recusaram a votar a matéria, como estratégia para forçar os governistas a votarem a Medida Provisória 211, que trata da política salarial. O documento foi dirigido ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que o endossou de pronto e o levou à apreciação da sua colega da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para que juntos fossem obter o aval do presidente Fernando Collor para a solução.

“Sugiro a adoção do projeto votado na Comissão Mista Permanente de Orçamento do Congresso Nacional, na forma do disposto no artigo 167, parágrafo 3º da Constituição, certo de que contará com o apoio da comissão mista que o aprovou e o meu empenho na defesa da medida adotada pelo governo”, sugeriu João Alves, após uma explanação sobre suas observações

acerca dos efeitos que o retardamento na votação poderá provocar no Legislativo, Judiciário e Executivo. Pelo dispositivo por ele citado, o governo pode lançar mão da medida provisória para abertura de crédito extraordinário, matéria de competência exclusiva do Congresso, desde que para atender despesas imprevisíveis e urgentes, “como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”.

João Alves foi ainda mais incisivo ao analisar a situação do Poder Executivo: “A pior situação é a do Poder Executivo, porque possui ele dezenas de hospitais cujo funcionamento depende desses recursos”.

Depois de traçar este quadro, João Alves resolveu aconselhar a adoção da medida provisória, justificando: “Em consequência de tudo isso, poderá surgir um estado de calamidade pública ou de comoção interna, com doenças coletivas, invasões e choques entre os poderes e as pessoas, se o governo não adotar medidas urgentes para resolver o problema, já que a ele cabe evitar a paralisação das atividades do Estado, sobretudo nas circunstâncias evidenciadas, com gravíssimas consequências para a população e o País. É o que se espera do governo responsável que vivemos”.